



# Anais da Assembléia

N.º 165

CURITIBA, SÁBADO, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 163ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1980 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

SÁBADO

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

Às 10:00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Túlio Zanchet, Valduga, Wanderer (34), achando-se ausentes os Senhores Deputados: Nelson Buffara, Lineu Turra, Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Nestor Baptista, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão, mas não para deliberação.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a discussão da ata, solicito que se proceda nova chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. (É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

Em votação a ata que acaba de ser lida. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dia 18 do corrente transcorreu mais um aniversário do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

São 34 anos de lutas, 34 anos de vitórias que, com o trabalho de seus funcionários, desde o mais humilde ao mais categorizado, sempre procuraram dar tudo de si. E, por isso mesmo, são 34 anos de conquistas que proporcionaram ao Estado do Paraná inúmeros quilômetros de estradas que vêm proporcionando o desenvolvimento deste grande Estado.

Queremos registrar, aqui, nossas homenagens também àqueles funcionários que já tombaram no cumprimento do dever. Porque se faz necessário que um Departamento que hoje é tido como um dos mais eficientes no setor, um dos departamentos que tem um “now-how” adquirido com muito sacrifício e com muita dedicação.

É importante que, ao prestarmos esta homenagem ao DER, possamos frisar que os Governos de Estado sempre têm procurado, no transcorrer de sua existência, dar àquele Departamento a atenção necessária. E, mais do que nunca, o Departamento, mesmo tendo atravessado, nestes dois últimos anos, seus dias mais difíceis, jamais esmoreceu, jamais deixou de levar a sério sua missão de construir estradas que proporcionam o transporte das safras, e também o bem-estar social e econômico de nossa população, de nosso Estado.

O DER marcou, então, 34 anos de vitórias, muitas delas grandes, mas segundo o que é de conhecimento de todos, quanto maior a vitória maior é a luta que a precede.

E a luta empreendida no DER, por aqueles que lá passaram e que têm sempre recebido o apoio deste Poder Legislativo e também do Executivo, recebeu de nossa parte, as mais justas homenagens porque conhecemos o DER desde o seu início, conhecemos na maior parte dos anos que ele existiu e podemos testemunhar o seu trabalho e não poderíamos deixar que nesta data, passasse em branco.

Por isso mesmo registramos o fato, para que conste nos Anais da Casa o aniversário daquele Departamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos todos bastante habituados, a constataremos fatos paradoxais neste País nas administrações federal e muitas vezes estaduais. Mas, existe um mais recente que chama bastante a atenção.

O Banco do Brasil, o Ministério da Agricultura, vêm através de um esforço nacional, solicitar que os agricultores plantem maiores áreas para que o País possa produzir mais. E assim foi feito em todo o Brasil, no Paraná inclusive. Até postos avançados do Banco do Brasil foram abertos, para facilitar e especialmente ao pequeno agricultor, o acesso ao crédito rural. E agora, vêm técnicos da CESP — Estado de São Paulo, comunicar que no próximo dia 14 de janeiro, serão abertas as comportas da Usina de Jupia. Isso quer dizer que, a partir desta abertura de comportas, teremos a júsante, um aumento da cota de inundação do Rio Paraná e seus afluentes, fazendo com que alguns milhares de hectares, sejam inundados pelas águas e as colheitas perdidas.

Os próprios técnicos agrícolas, recomendaram aos agricultores, o plantio especialmente da lavoura de arroz com uma

certa antedecência para que pudesse fugir em sua colheita das tradicionais enchentes do mês de fevereiro. Mas com, a abertura da Usina de Jupiá, em 14 de janeiro, muitos milhares de hectares de arroz estarão submersos quase ao ponto de ser colhidos.

Nós vimos a esta tribuna neste período extraordinário, fazer uma tentativa de que esta Casa aprove um requerimento em nome de todos os Srs. Deputados, para que possamos solicitar ao Governador Paulo Maluf, ao Presidente da CESP, para que tomem alguma atitude para que seja evitado isso. A título apenas de esclarecimento, um dos Prefeitos da área que será atingida, telefonou para a CESP e lá ouviu de um dos tecnocratas daquela empresa, que ele nada tinha com isso, que a obrigação dele era a Usina Hidrelétrica.

Apresentamos portanto, Sr. Presidente, um requerimento nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER envio de ofício ao Governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf e à direção da CESP, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, com relação à abertura das comportas da Usina de Jupiá, no próximo dia 14 de janeiro, no sentido de que sejam tomadas as seguintes providências:

I — antecipar e prolongar o período de escoamento das águas, de forma a permitir que estas não atinjam níveis muito elevados, alagando as regiões cultivadas; ou

II — não permitir que a vazão ultrapassem valores que provoquem a inundação a jusante acima dos níveis onde existem áreas cultivadas.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1980.

a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

A abertura das comportas da Usina de Jupiá, marcada para o próximo dia 14 de janeiro vai provocar a inundação de áreas agrícolas dos municípios paranaenses de Querência do Norte, Icaraíma, Porto Rico, Marilena, São Pedro do Paraná, Altônia e Umuarama. Milhares de alqueires cultivados ficarão sob as águas, principalmente culturas como arroz e milho.

Só para se ter uma idéia dos prejuízos que tal iniciativa vai propiciar, somente o Entrepósito do Banco do Brasil localizado em Querência do Norte financiou 1.500 alqueires principalmente para o pequeno agricultor. Na região existe arroz praticamente pronto para a colheita, sendo que os agricultores tiveram orientação técnica para plantarem até o final de agosto do ano passado, a fim de escaparem das enchentes normais de fevereiro.

Por outro lado, na mesma região existem grandes produtores ocupando cerca de 4.500 alqueires. A inundação vai atingir não somente as margens, mas também as ilhas, destruindo plantações.

Assim, o objetivo de nossa solicitação é que, sendo atendidas uma das alternativas propostas, a colheita das regiões agrícolas a serem inundadas possa ser realizada, evitando-se assim o prejuízo para aqueles agricultores que contraíram empréstimos bancários para realizarem suas plantações."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, terceiro orador inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O fim do ano é sempre inspirador de reflexões que devemos fazer, e entendo que esta Casa, pode e deve fazer pelos seus Deputados, reflexões sob vários ângulos, que precisam ser realmente profundos. Particularmente porque, entendo que hoje é necessário muito mais do que alguns anos passados, que a classe política adquira definitivamente a consciência de que projeto

de redemocratização só é possível fazer com a classe política.

E é imprescindível, que os políticos ocupem o espaço disponível e se preocupem com os assuntos que, realmente, merecem a atenção de todos os brasileiros.

Venho à tribuna hoje, para do ponto de vista político e administrativo, dar destaque a uma das obras mais importantes que o Paraná construiu em toda a sua História. A Usina Hidrelétrica Governo Bento Munhoz da Rocha Neto.

Foi na verdade a grande conquista de 1980, uma obra de vulto singular. (Lê):

"Foz do Areia, como ficou conhecida a importante usina durante a fase de construção, ganhou o nome de um paranaense ilustre, responsável pela criação da COPEL durante a gestão de um dos mais fecundos períodos administrativos da história deste Estado. Ao aprovar o nome do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, na verdade, o que esta Casa fez foi, por ser de justiça, identificar com a personalidade alta de um grande vulto, uma das mais significativas manifestações de capacidade de trabalho do imbatível povo paranaense. Foz do Areia é, sem dúvida, a representação material do dinamismo e da capacidade de centenas de trabalhadores do Paraná. Obra feita com a aplicação de moderna tecnologia para o aproveitamento das águas nitidamente paranaenses do Rio Iguaçu, na construção da usina que é um verdadeiro referencial do que é o Paraná de hoje. A Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto é o divisor da energia elétrica do Paraná, pois antes dela a capacidade de geração de todas as usinas da COPEL chegava aos 406 MW e só Foz do Areia terá uma capacidade final de 2.511 MW. Em funcionamento desde outubro, essa usina dá ao Paraná uma dimensão de quase independência neste setor, pela redução substancial da compra de energia elétrica de outras concessionárias brasileiras.

Mas não só o Paraná será atendido pela formidável capacidade de geração de energia elétrica da COPEL. Outras regiões brasileiras também receberão o apoio energético de Foz do Areia, numa honrosa inversão de tarefas. Foz do Areia é uma contribuição valiosa do Paraná para que o Brasil supere a crise energética. Nesta obra, que reputo ser a mais importante dos últimos anos em nosso Estado, foram feitos investimentos de cerca de 670 milhões de dólares. Mais da metade deles tiveram aplicação no Governo Ney Braga, que, a exemplo de sua primeira gestão, quando consolidou a COPEL, renova a sua inclinação para um setor básico da vida econômica paranaense, com reflexos diretos no lado social. É assim que se deve abrir o caminho da solidariedade humana, construindo com grandeza e amor pelos valores do Paraná. Ao concluir, rendo minhas homenagens à capaz e eficiente equipe de trabalho da COPEL, empresa que todos os paranaenses aprenderam a admirar e a respeitar, pela sua intocável seriedade. Que o seu diretor-presidente, Engenheiro Douglas Souza Luz, seja o porta-voz dessa justa homenagem aos servidores da COPEL, construtores anônimos de um Paraná novo, maior e mais justo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Havendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PP. — (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A imprensa do Paraná divulgou em data de 18 do corrente notícia que causou espécie nos círculos dirigentes do Partido Popular, por não exprimir, com justeza, a sua posição política. Apressamo-nos, portanto, em retificá-la, a fim de que

não produza confusão no seio da opinião pública, merecedora de todo o nosso respeito.

Segundo a notícia, os vereadores do Partido Popular Lauro Carvalho Chaves e Luiz Gil Leão, teriam ido ao Palácio Iguaçu em companhia da Bancada do PDS a fim de hipotecar solidariedade à pretendida candidatura do Governador Ney Braga ao Senado da República.

O Vereador Lauro Carvalho Chaves, Líder do PP na Câmara Municipal de Curitiba, em nota oficial, que irei ler, negou sua participação no evento, e desmentiu que tivesse feito qualquer pronunciamento daquela natureza.

Quanto ao Vereador Luiz Gil Leão, a sua atitude foi de caráter eminentemente pessoal, e não envolve qualquer responsabilidade do Partido Popular. Lastimamos sua participação no episódio mas, com o desejo de tornar-se agradável aos vereadores do Partido Democrático Social, o ilustre Vereador Luiz Gil Leão comete, segundo nosso entendimento, a inadmissível quebra de disciplina partidária.

O Partido Popular se honra de poder engrossar as fileiras da Oposição no Brasil. Combate com veemência os golpes brancos que o situacionismo tem perpetrado contra o regime democrático, e combate com não menos veemência, o modelo econômico implantado e que está desgraçando a Nação. Por isso, e por muitos outros motivos, não pode o Partido Popular associar-se a movimentos isolados como o verificado ultimamente.

Como partido de oposição, o PP cresceu notavelmente no Paraná ao ponto de se poder hoje lançarmos candidatos próprios para todos os cargos eletivos no pleito direto de 1982, desde Vereadores a Governador do Estado. Se vai, portanto, apresentar chapas completas em todos os níveis do Executivo e do Legislativo, não precisa o Partido Popular se preocupar em fazer coligações com outros partidos.

A atitude do Sr. Luiz Gil Leão foi impensada, mas, por ter sido estritamente pessoal, não compromete o nosso partido. Os Estatutos do PP e a própria Lei Orgânica dos Partidos prevêm que o lançamento de candidatura, ou o estabelecimento de acordos inter-partidários, são da competência exclusiva da Convenção, o órgão soberano do partido. Pronunciamentos individuais, como o em foco, não têm o mínimo valor, e morrem, portanto, na sua própria estreiteza."

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, como Vossa Excelência está tratando de economia doméstica do Partido Popular, nós que estamos de fora, apenas apreciando os cozinheiros e sentindo o odor da comida, não devemos nos envolver, evidentemente. É problema do partido de Vossa Excelência e roupa suja se lava em casa, exclusivamente.

Entretanto quero discordar de três colocações que Vossa Excelência fez: a primeira, Vossa Excelência, como democrata que diz ser, tentando a livre manifestação de um cidadão brasileiro. No caso o nobre Vereador Gil Leão, que foi fazer uma visita a um homem que, há 25 anos, é líder político no Paraná.

Todos conhecem a trajetória política de Ney Braga, as diversas passagens pela administração pública, em todos os níveis, em todos os setores. Não vejo crime nenhum qualquer cidadão fazer uma visita de cordialidade a um Chefe do Executivo, principalmente em se tratando de uma corporação legislativa como é a Câmara Municipal de Curitiba.

Vossa Excelência, a meu ver, está pecando em demasia. Está querendo ser mais realista que o rei.

Vossa Excelência está querendo impedir que um cidadão manifeste a sua disposição de visitar quem quer que seja.

Quanto ao lançamento de Ney Braga à Presidência da República, a candidato à Presidência, ou ao Senado Federal, é um problema que foge à vontade, à disposição do PP. Este é de nossa economia doméstica, nisto não admitimos interferência. É bom que Vossa Excelência saiba disso. Ney Braga é candidato

natural ao que ele queira ser, dentro do nosso partido.

E a terceira colocação, com a qual discordo frontalmente, é quando Vossa Excelência bate no peito e diz: "nosso partido é de Oposição, somos contra a política econômica do Governo, somos contra o golpe branco, somos contra isso, contra aquilo..." esquecido que o Presidente do Partido de Vossa Excelência, no Paraná, um homem que muito preso, que muito respeito, e que é também uma legenda viva, hoje no Estado, e que, inclusive, participou da condução da política econômica do Brasil, membro que era do Conselho Monetário Nacional; Governador biônico, indicado por este Governo que está aí; participou dos golpes brancos que Vossa Excelência está condenando.

Então, por favor, não seja incoerente. Lave a roupa suja em casa mas não seja incoerente.

O SR. EDILSON ALENCAR — Nobre Deputado Erondy Silvério, nós, primeiramente, nada temos contra as aspirações do atual Governador do Estado, seja à Presidência da República, seja ao Senado. Como também nada nos opomos contra a manifestação isolada, individual, de qualquer membro de nosso partido, como no caso do Vereador Luiz Gil Leão, como também gostaria de responder a Vossa Excelência, que realmente o ex-Governador Jayme Canet Júnior, hoje, pertencente ao Partido Popular de Oposição, pertenceu realmente à quadra do Governo.

No entanto, deixou o Governo por não concordar, não concordar...

O Sr. Erondy Silvério — Deixou porque terminou o mandato.

O SR. EDILSON ALENCAR — Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de ler as declarações do Vereador Lauro Carvalho Chaves, Líder da Bancada do PP na Câmara Municipal de Curitiba.

"A bem da verdade, declaro: — Não ter comparecido a qualquer audiência no Palácio Iguaçu e nem ter assinado qualquer documento de apoio à candidatura do Governador Ney Braga ao Senado Federal, ou qualquer outro cargo eletivo em 1982.

Com todo o respeito que eu possa ter pela figura do Governador, não teria cabimento que como membro do Partido Popular e Líder do Partido na Câmara Municipal, eu estivesse a lançar a candidatura de políticos de outros partidos. Sempre fui leal com meus correligionários e como tal, seguirei no Paraná as decisões do Partido Popular e de seu maior líder, o do ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Por outro lado, como homem do povo, que sente as angústias cada vez maiores das classes mais pobres e que vive nas periferias da grande Curitiba, estou de pleno acordo com a posição oposicionista confirmada pela Comissão Nacional do Partido em sua última reunião em Brasília."

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio que aguarde o Sr. Deputado que se encontra na tribuna, terminar.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Questão de ordem) — Só para esclarecer um ponto Sr. Presidente, solicitei o aparte e o Deputado não me respondeu nem que sim e nem que não. Então, tenho que concluir que ele não ouviu meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo ao Sr. Deputado, que se encontra na tribuna. Com a palavra o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu ouvi Vossa Excelência. No entanto concederei o aparte a Vossa Excelência logo após terminar a leitura do documento que logo passarei a ler.

E para que não paire dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre a posição de nosso partido em termos nacionais, em termos estadual e municipal, passo, neste instante, a ler uma nota oficial do Partido Popular, realizada na última reunião em Brasília. (Lê):

# "NOTA DA DIREÇÃO NACIONAL DO PARTIDO POPULAR

A Direção Nacional do Partido Popular, ontem reunida, sob a Presidência do Senador Tancredo Neves, com a presença dos líderes, Thales Ramalho e Gilvan Rocha, bem como, dos Presidentes das Comissões Provisórias em todos os Estados, depois de ouvir o relato, de cada um deles, acerca da situação do Partido nas várias unidades da Federação, houve por bem adotar as providências necessárias para o seu fortalecimento, atendendo, nos limites de suas possibilidades, todas as reivindicações postuladas pelas lideranças regionais. Durante os debates e em face das informações recolhidas, verificou-se o espírito de otimismo e confiança que está animando, em todo o País, os seus correligionários, em consequência da ampla acolhida que o Partido Popular vem encontrando em todos os segmentos da sociedade brasileira.

No tocante às decisões políticas, foram adotadas, por unanimidade, as seguintes decisões:

a — Manter o Partido na linha, que vem seguindo, de uma oposição lúcida, firme e responsável às políticas postas em prática pelo Governo, ou sejam, a do autoritarismo no campo político, a do monetarismo implacável na economia, da indiferença fria e desumana no plano social. O processo de redemocratização do País prossegue em ritmo lento, com avanços e recuos, num clima de incertezas e insegurança. O povo aflito e angustiado está tomado de desespero, em face das exasperantes condições de vida que está enfrentando, sem que possa alimentar qualquer esperança no amanhã que o aguarda. Ou o Governo se compenetrar de suas responsabilidades para com a Nação, assegurando-lhe, para breve, dias de paz e segurança econômica, ou terá que assumir, perante a história, o papel que a sua inépcia lhe reservar.

Enquanto permanecer esta deplorável situação, o Partido Popular não aceitará qualquer entendimento com os governantes do país, porque os seus compromissos são com o povo e o acordo com os seus algozes, para sustentar a situação existente, seria uma traição àqueles compromissos com os quais não transige nem transaciona.

A oposição é, nesta hora, a trincheira mais digna para a defesa dos princípios democráticos, do desenvolvimento moral e material do país e da própria honra nacional. Dela não desertaremos e nela permaneceremos para prosseguir na luta.

b — No que tange ao momentoso problema do provimento dos cargos da Mesa da Câmara dos Deputados, na próxima sessão legislativa, ainda por unanimidade, a suprema Direção Nacional do Partido Popular deliberou ratificar a nota da bancada, que convocou todos os partidos para um entendimento aberto e leal, visando dar à Câmara dos Deputados uma Mesa independente, digna e isenta, alheia às confabulações palacianas e oriunda, sem injunções estranhas, do seio da venerável instituição, para garantir-lhe a soberania, a dignidade e o prestígio.

Por outro lado, decidiu, ainda, recomendar à bancada a adoção de uma chapa independente, liderada pelo ilustre Deputado Djalma Marinho, que contemple, também, na sua composição, não só representantes de todos os Partidos de Oposição, mas, também, dos agrupamentos que venham a se ajuntar a esse patriótico movimento de resistência democrática e de dignificação do Congresso Nacional.

Por último, o Diretório Nacional apelou para todas as lideranças nos Estados que intensifiquem os trabalhos de criação de novas comissões provisórias nos municípios e, também, de filiação de novos correligionários, a fim de que as suas próximas convenções venham a se realizar com o maior e mais sólido apoio popular."

Concedo com prazer o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência.

Inicialmente, justifico a minha insistência porque Vossa

Excelência não me negou o aparte, então era óbvio que a minha conclusão fosse, que Vossa Excelência não tinha ouvido meu apelo de aparte.

Eu digo o seguinte: — O Sr. Deputado, que hoje ocupa a Liderança do PP, eu ouvi atentamente suas palavras, especialmente com relação a posição que Vossa Excelência defende, no que diz respeito ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, pessoa a quem eu admiro pessoalmente pela obra administrativa que fez no Paraná, uma das maiores de todos os tempos no Estado do Paraná.

Diga-se de passagem, graças ao nosso partido que deu cobertura em todos os quatro anos de governo, e especialmente, ao então Ministro Ney Braga, que em função de sua intimidade com o Governo Central, teve condições de dar ampla ajuda ao então Governador Jayme Canet Júnior para que pudesse realizar aquele trabalho, que absolutamente não é pela ajuda que ele recebeu, o fez com grande brilhantismo. Mas, Vossa Excelência falava em que o partido, o PP da Oposição, após o término do mandato do Sr. Jayme Canet Júnior, foi o Partido da Oposição.

Eu diria a Vossa Excelência o seguinte, para se manter esta coerência que Vossa Excelência prega da tribuna na manhã de hoje, seria de bom alvitre, Deputado, que o Dr. Affonso Camargo, ocupando hoje uma vaga de um espúrio mandato biônico que eu tinha esperanças que acabasse em menos de oito anos, mas que infelizmente e lamento profundamente que isso não ocorra, que fiquem lá homens eleitos indiretamente para mandatos de oito anos para o Senado, ele então, eu acho, que seria uma posição muito coerente, o Dr. Affonso renunciasse a sua vaga no Senado recebida através do sistema que aí está, e que hoje ele é contra, e que ele não concorda, e que pudesse então com todo o legítimo direito democrático, dentro da abertura política que temos hoje, poder então fazer as suas colocações.

Mas antes de qualquer coisa, nobre Deputado, eu acho que seria um ato de coerência, que o Dr. Affonso Camargo renunciasse o seu mandato, para que ele pudesse então pregar como vem pregando, com o brilhantismo que lhe é peculiar, pela sua inteligência, pela sua experiência de homem público de tantos anos, pudesse então, no meu modo de ver, fazer isso com inteira liberdade.

O SR. EDILSON ALENCAR — Eu quero terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lastimando o tempo não ser suficiente para que nós pudéssemos responder com precisão e com presteza o aparte nos dado pelo Deputado Gabriel Sampaio, e o poderemos fazer em outra oportunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere, antes porém comunica aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia, saiu com uma inversão, onde a Presidência irá corrigir no momento da votação.

Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam

a chamada nominal 23 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para deliberações, apenas para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 53/78, que cria no Município de Guarapuava o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 53/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: começa na foz do rio Belo no rio Ivaí, segue por este, confrontando com o Município de Reserva até a foz do rio Pedrinho ou Bonito, por este acima confrontando com o Município de Pitanga até a nascente de um dos seus principais afluentes o denominado Mamota e deste ponto segue confrontando com o distrito de Palmeirinha pelo divisor de águas Piquiri-Ivaí a encontrar a linha divisória do Imóvel denominadô "Baú" e por esta até o rio Piquiri e por este até a sua principal nascente e desta pelo divisor de águas dos rios Piquiri-Ivaí a encontrar a cabeceira do ribeirão do Álvaro e por este a sua foz no ribeirão Campina Bonita, e deste local por uma linha reta a cabeceira do Arroio Fundo, — confrontando até aqui com o Distrito de Palmeirinha e pelo dito arroio até encontrar a linha divisória do terreno dos índios, e por este, confrontando com o Distrito de Guairacá até a sua confluência com o rio Marrecas, ponto onde termina a confrontação — com o Distrito de Guairacá, e deste ponto rio Marrecas, confrontando com o Município de Prudentópolis, a sua foz no rio São Francisco, de cuja junção é formado o rio Belo, e por este até sua foz do rio Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 06/80, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede Alvorada, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 06/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de SEDE ALVORADA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Início na cabeceira do Rio São Martins, e por este abaixo até a sua foz no Rio Barro Preto e por este abaixo, até a sua foz no Rio São Francisco e por este abaixo até a foz do arroio Lopaí, seguindo por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca em direção Norte até encontrar a antiga estrada Cascavel-Toledo, seguindo esta estrada até sua passagem pela sanga Barro Preto e por esta até a foz do Rio da Erva e por este acima até sua nascente e deste ponto em linha reta e seca em sentido Sul, até encontrar a Cabeceira do Rio São Martins."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 166/80, que cria o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. — Encerrada a discussão.

**PROJETO DE LEI N.º 166/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Miguel do Iguaçu, o Distrito Administrativo de APARECIDINHA D'OESTE, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

- 1) Inicia no vértice PESJ 161-A, da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizado no povoado de Santa Inês, na Sanga Natal;
- b) Segue, na direção sul, a Sanga Natal, até o marco M 533, do INCRA;
- c) Daí, segue em direção ao marco M 416, M 393, M 397, M 394 e no sentido Sudoeste, até o marco M 312, no lageado das Flores, e continua pelos marcos M 304, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga - São José do Itavó;
- d) Acompanha a estrada Jacutinga - São José do Itavó até o marco M 285 do INCRA, no entroncamento desta estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;
- e) Daí segue 130 metros, no sentido sudoeste, pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;
- f) No vértice PEO 1142, segue na direção sudoeste, a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 900, na divisa com o Município de Medianeira;
- g) Acompanha o limite municipal, na direção noroeste, até encontrar novamente a poligonal envolvente de Itaipu-Binacional, em proximidade do vértice PESV 510;
- h) Segue a poligonal envolvente, no sentido decrescente da numeração PESJ, até o vértice PESJ 161-A, ponto inicial deste perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 167/80, que cria o Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. — Encerrada a discussão.

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 167/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Miguel do Iguaçu o Distrito Administrativo de SÃO JOSÉ DO ITAVÓ, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

- a). Inicia no vértice PESJ 161-A da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizada no povoado Santa Inês, na Sanga Natal;
- b). Segue, na direção sul, a Sanga Natal até o marco M 533, do INCRA;
- c). Daí, segue em direção do marco M 416, M 393,

M 397, M 394, e no sentido sudeste até o marco M 312 no lajeado das Flores, e continua pelos marcos M 307, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 369, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga-São José do Itavó;

d) Acompanha a estrada Jacutinga - São José do Itavó, até o marco M 285, do INCRA, no entroncamento desta estrada com a estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;

e). Daí, segue a 130 metros, no sentido sudeste pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvendo da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;

f) Do vértice PEO 1142, segue pela poligonal envolvente na direção sudoeste, passando pelo vértice PEO 1375, até o vértice PEI 328, e segue ao norte, até o PEI 1;

g) Passa para a numeração PESJ 1 da poligonal envolvente e acompanha no sentido crescente da numeração até o vértice PESJ 161-A, ponto de partida deste perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182/80, (Mens. Govern. n.º 84/80), que modifica a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e altera seu Quadro de Pessoal, conforme específica. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 182/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Procuradoria Geral da Justiça do Estado terá a seguinte estrutura:

- I - Procurador Geral da Justiça
  - a. Gabinete do Procurador
  - b. Secretaria
- II - Conselho Superior do Ministério Público
- III - Corregedoria do Ministério Público
- IV - Coordenação das Promotorias e Curadorias
- V - Coordenação de Recursos
- VI - Coordenação de Informação e Pesquisa.

Art. 2.º — A Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça compõe-se de:

- a. Gabinete do Secretário Geral
- b. Coordenadoria Judiciária
- c. Coordenadoria Administrativa.

Parágrafo Único — O detalhamento da estrutura das Coordenadorias será fixado por ato do Procurador Geral da Justiça.

Art. 3.º — O Conselho Superior do Ministério Público terá uma Secretaria Administrativa.

Art. 4.º — A Corregedoria do Ministério Público compõe-se de:

- a. Gabinete do Corregedor do Ministério Público
- b. Assessoria.

§ 1.º — O Corregedor será assistido por um Promotor Adjunto.

§ 2º — O Promotor Adjunto e o Chefe da Assessoria da Corregedoria serão agentes do Ministério Público, escolhidos pelo Corregedor.

Art. 5.º — A Corregedoria do Ministério Público, as Coordenações das Promotorias e Curadorias, de Recursos e

de Informação e Pesquisa contarão cada uma, com uma unidade para o desenvolvimento de atividades de apoio administrativo, compreendendo subunidades de arquivo, datilografia, protocolo e expediente.

Art. 6.º — A Procuradoria Geral da Justiça manterá um Curso de Formação de Estagiários e de Preparação para o Ministério Público, que contará com uma Secretaria Administrativa.

Art. 7.º — Para atender a estrutura estabelecida nesta lei ficam criados, no Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, os seguintes cargos isolados de provimento de comissão:

n.º de cargos	denominação	símbolo
02	Chefe de Coordenadoria	1 C
01	Chefe de Gabinete	1 C
01	Secretário do C.S.M.P.	1 C
02	Assistente	3 C

Art. 8.º — Os cargos de provimento efetivo que compõem o Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado são os constantes do Anexo I, da presente lei.

Art. 9.º — Os funcionários estáveis no Serviço Público Estadual que há mais de dois anos, contados até a perda da publicação desta lei, estejam prestando serviços na Procuradoria Geral da Justiça do Estado, poderão ser enquadrados nos níveis 13 e 14 da série de classe de Auxiliar Judiciário; na forma do Anexo II, desde que se manifestem por escrito no prazo de 180 dias, a contar da publicação desta mesma lei.

Art. 10 — Os atuais integrantes do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, estáveis no Serviço Público Estadual, que à data da publicação desta lei tiverem diploma de bacharel em Direito devidamente registrado, poderão ser aproveitados no nível inicial da série de classe de Assistente Jurídico, mediante concurso interno de caráter competitivo, obedecida a existência de vaga e a ordem de classificação.

Art. 11 — Os atos de enquadramento de que tratam os artigos anteriores, bem como os de promoção e acesso, e a realização de concurso para o provimento dos cargos iniciais das séries de classes que formam o Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, poderão ser delegados, por Decreto do Governador do Estado, ao Procurador Geral da Justiça do Estado.

Art. 12 — Os integrantes da série de classe de Assistente Jurídico do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça do Estado farão jus à percepção da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974, no mesmo valor atribuído ao ocupante de cargo de Advogado do Quadro Único de Pessoal do Estado.

Art. 13 — No prazo de noventa dias contados da vigência desta lei o Poder Executivo, mediante proposta aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público, encaminhada através da Secretaria de Estado da Justiça, definirá as atribuições dos órgãos que compõem a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

Parágrafo Único — Até que seja expedido o ato de que trata este artigo é aplicável a regulamentação existente.

Art. 14 — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO – Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO – Relator

**ANEXO I**  
**SISTEMÁTICA DOS CARGOS EFETIVOS**  
**PARTE PERMANENTE**

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSE	NÍVEL	ACESSO	N.º de CARGOS
GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 BIBLIOTECÁRIO				
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	28	—	— 1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	27	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	26	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	25	—	1
TC 101	BIBLIOTECÁRIO	24	—	1
				Total 5

GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 ASSISTENTE JURÍDICO

TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	30	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	29	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	28	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	27	—	1
TC 101	ASSISTENTE JURÍDICO	26	—	1
				Total 5

**ANEXO I**  
**SISTEMÁTICA DOS CARGOS EFETIVOS**  
**PARTE PERMANENTE**

CÓDIGO	SÉRIE DE CLASSE	NÍVEL	ACESSO	N.º DE CARGOS
--------	-----------------	-------	--------	---------------

I - SERVIÇO: ADMINISTRAÇÃO E ESCRITÓRIO (A E)

GRUPO OCUPACIONAL – A E 100 JUDICIÁRIO

AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	23	—	4
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	22	—	5
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	21	—	7
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	20	—	8
AE 101	OFICIAL JUDICIÁRIO	19	—	9
				Total 33
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	18-Oficial Judiciário		4
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	17-Nível 19		5
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	16	—	6
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	15	—	7
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	14	—	8
AE 102	AUXILIAR JUDICIÁRIO	13	—	9
				Total 39

II – SERVIÇO: TÉCNICO CIENTÍFICO (TC)  
GRUPO OCUPACIONAL – TC – 100 TÉCNICA ADMINISTRATIVA

TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	28	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	27	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	26	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	25	—	1
TC 101	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	24	—	1
				Total 5

ANEXO II  
ENQUADRAMENTO A QUE SE REFERE O ARTIGO 9º

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
2 Datilógrafos, nível 10	Auxiliar Judiciário, nível 14
3 Serventes, nível 05	Auxiliar Judiciário, nível 13



REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 183/80, (Mens. Govern. n.º 85/80), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 183/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 10. — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o máximo de 5.500.000 (cinco bilhões e quinhentas mil) UPC, correspondentes nesta data, a Cr\$ 3.649.580.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros), destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgotos em município do Estado, e a conferir ao Banco Nacional da Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma de legislação, em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos dos Governos Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S/A ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional da Habitação.

Art. 2.º — Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgotos — FAE/PR, e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná, até o máximo de 50 por cento do valor previsto no artigo primeiro, bem como a garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 30. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 184/80, (Mens. Govern. n.º 86/80), que altera o art. 4.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.992, de 02 de setembro de 1969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975, de 02 de dezembro de 1964. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 184/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — A redação do art. 4.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1969, passa a ser a seguinte:

"Art. 4.º. A Tabela "B" da Lei n.º 4975/64, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA B

1.ª CLASSE (ENTRÂNCIA FINAL)

Sede de Comarca

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-28)	Cr\$ 22.413,00
Oficial Maior	(Nível PJ-25)	Cr\$ 19.267,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-22)	Cr\$ 16.150,00

DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-25)	Cr\$ 19.267,00
Oficial Maior	(Nível PJ-22)	Cr\$ 16.150,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-20)	Cr\$ 14.038,00

2.ª CLASSE (ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA)

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-26)	Cr\$ 20.309,00
Oficial Maior	(Nível PJ-23)	Cr\$ 17.193,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-21)	Cr\$ 15.094,00

DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-23)	Cr\$ 17.193,00
Oficial Maior	(Nível PJ-21)	Cr\$ 15.094,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00

3.ª CLASSE (ENTRÂNCIA INICIAL)

Sede de Comarca

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-20)	Cr\$ 14.038,00
Oficial Maior	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-15)	Cr\$ 8.974,00

DISTRITO JUDICIÁRIO FORA DA SEDE

Titular de Cartório e Ofício	(Nível PJ-19)	Cr\$ 12.994,00
Oficial Maior	(Nível PJ-16)	Cr\$ 9.859,00
Escrivente Juramentado	(Nível PJ-15)	Cr\$ 8.974,00

Parágrafo Único. Os níveis constantes da tabela deste artigo serão atualizados nos índices percentuais mínimos e nas épocas em que forem majorados os níveis de padrões de vencimentos da tabela de remuneração dos servidores do Poder Judiciário."

Art. 2.º — Na aplicação da presente lei aos serventuários já aposentados, o Órgão competente do Tribunal de Justiça, fará o respectivo cálculo "ex-officio", de acordo com a tabela e classes correspondentes.

Art. 3.º — Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo primeiro, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 185/80, que altera a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 03, de 14 de maio de 1974 e adota outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO  
DE LEI COMPLEMENTAR N.º 185/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 87 da Lei Complementar n.º 03,

de 14 de maio de 1974, modificado pelas Leis Complementares n.ºs 6 e 8, de 24 de junho de 1976 e 03 de janeiro de 1979, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 87 — Os vencimentos fixados por lei para os cargos integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal da Polícia Civil são estabelecidos levando-se em consideração as peculiaridades da atividade policial civil, relativas a tempo integral e dedicação exclusiva, e risco de vida.

§ 1.º — A percepção de vantagens decorrentes do exercício de atividades peculiares ao policial civil é incompatível com os vencimentos fixados na forma deste artigo.

§ 2.º — Aos proventos do policial civil que vier a aposentar-se não poderão ser computadas as vantagens decorrentes das condições peculiares de exercício, referidas neste artigo.

§ 3.º — A jornada de trabalho para o policial civil é de quarenta horas semanais, sem prejuízo de permanecer o policial à disposição do órgão em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim exigirem, ressalvados os casos de impedimento do exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva."

Art. 2.º — O vencimento mensal do cargo de Delegado de Polícia de 1.ª classe, assim entendido o básico na importância de Cr\$ 31.893,00 (trinta e um mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros) acrescido de 120% (cento e vinte por cento) pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, na importância de Cr\$ 38.272,00 (trinta e oito mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros) e 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), pelo exercício de função com risco de vida, na importância de Cr\$ 10.630,00 (dez mil, seiscentos e trinta cruzeiros), fica fixado na importância global de Cr\$... ..80.795,00 (oitenta mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros).

§ 1.º — Os atuais integrantes das carreiras policiais civis que estiverem impedidos de trabalhar em regime de tempo integral e dedicação exclusiva terão o seu vencimento calculado sobre a importância global de Cr\$..... ..42.523,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros) que compreende o básico e o exercício com risco de vida do cargo de Delegado de 1.ª classe.

§ 2.º — Para fins de cálculo de adicionais por tempo de serviço e elaboração das folhas de pagamento, deverão servir de base, sempre, as importâncias globais fixadas no "caput" deste artigo ou no seu parágrafo primeiro.

§ 3.º — Os vencimentos fixados por esta lei, poderão ser revistos por lei ordinária de concessão de aumento de vencimentos ao funcionalismo público estadual, em geral.

Art. 3.º — Nenhum servidor inativo poderá ter o montante dos seus proventos de inatividade inferior ao vencimento básico de classe inicial da carreira correlata àquela em que foi aposentado, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

Parágrafo Único — Nos casos em que as denominações das carreiras tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações.

Art. 4.º — A contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, pelos policiais civis que perceberem, no ano de 1981, adicionais por tempo de serviço inferiores a 10% (dez por cento), terá como base de cálculo, durante o mesmo exercício, a retribuição do mês de dezembro de 1980, acrescida de 72% (setenta e dois por cento).

Art. 5.º — A vantagem de que trata o art. 172, inciso V, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, integrará os

proventos de inatividade do funcionário integrante do quadro da Polícia Civil, aposentado durante o ano de 1980, desde que, à data da aposentadoria, estivesse percebendo a referida vantagem, cujo benefício será devido a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Parágrafo Único — As demais categorias de funcionários civis que, na data da aposentadoria estejam percebendo, por período superior a 1 (um) ano, a vantagem prevista no artigo 172, inciso V, da Lei n.º 6174/70, terão esse benefício incorporado a seus proventos de inatividade.

Art. 6.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/80, (Mens. Govern. n.º 89/80), que altera dispositivos da Lei n.º 6.417, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adota outras providências conforme especifica. — Encerrada a discussão.

# REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 186/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Os Arts. 21 e seu Parágrafo 2.º; 25 e seu Parágrafo 1.º; o Parágrafo Único do Art. 26; o Art. 29; os Arts. 37 — "caput" e 44 e seus Parágrafos 1.º e 2.º; o Capítulo VI do Título III; o Artigo 77; a Seção III do Capítulo II do Título VI; e o Artigo 93, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 21 — A gratificação de função policial militar é devida ao Policial Militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, e equivalente aos seguintes percentuais calculados sobre o soldo:

1. Curso Superior de Polícia: 19% (dezenove por cento);
2. Cursos de aperfeiçoamento ou equivalente: 15% (quinze por cento);
3. Cursos de especialização de Oficiais e Sargentos ou equivalentes: 11% (onze por cento);
4. Cursos de especialização de Praças de graduação inferior a 3.º Sargento: 7% (sete por cento);
5. Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos: 7% (sete por cento).

§ 2.º — Somente os cursos com duração igual ou superior a 4 (quatro) meses, realizados no País ou no exterior, são computados para os efeitos deste artigo."

"Art. 25 — A gratificação de localidade especial é devida ao Policial Militar que servir em guarnição ou localidades situadas em regiões inóspitas, seja pelas condições precárias de vida, seja pela salubridade.

§ 1.º — O Governador do Estado, por proposta do Comandante-Geral da Polícia Militar, estabelecerá as localidades que ensejarão o pagamento da gratificação a que se refere este artigo, bem como o seu percentual."

"Art. 26 — ....

Parágrafo Único — As indenizações compreendem:

- a. diárias;
- b. ajuda de custo;
- c. transporte;
- d. representação; e
- e. aquisição de fardamento."

"Art. 29 — Os valores das diárias serão fixados por Decreto."

"Art. 37 — Ajuda de Custo é a indenização para custeio de despesas de viagem e instalação, exceto as de transporte e mu-

dança, paga ao Policial Militar, quando, por conveniência do serviço, for nomeado, designado, classificado, transferido, matriculado em escola, centro de instrução ou curso, mandado servir ou estagiar em nova comissão e, ainda, quando deslocado com a Organização Policial Militar que tenha sido transferida da sede".

"Art. 44 — O Policial Militar, nas movimentações em objeto de serviço tem direito a transporte e mudança, domicílio a domicílio, por conta do Estado, nele compreendidas a passagem, a translação da respectiva bagagem, bem como sua mudança.

§ 1.º — Se as movimentações importarem na mudança da sede do Policial Militar, com dependentes, a estes se estende o mesmo direito deste artigo quanto ao transporte.

§ 2.º — Quando o transporte e a mudança não forem realizados por responsabilidade do Estado, o Policial Militar será indenizado da quantia a que se refere este artigo, cumpridas as formalidades legais."

### "CAPÍTULO VI

#### DA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO

Art. 55 — O Policial Militar faz jus ao percentual de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o soldo para aquisição de fardamento.

Parágrafo único — O percentual referido neste artigo será retido e recolhido ao Conselho Econômico e Financeiro da Corporação, que o movimentará para aquisição e fornecimento dos materiais específicos, através de seus órgãos competentes."

"Art. 77 — O Policial Militar enquadrado no artigo anterior fará jus às mesmas vantagens de que trata a Lei de Remuneração dos Militares das Forças Armadas, em seu Título específico".

### "SEÇÃO III

#### DAS GRATIFICAÇÕES INCORPORÁVEIS

Art. 89 — São consideradas gratificações incorporáveis:

1. gratificação de tempo de serviço;
2. gratificação de função policial militar;
3. gratificação policial militar especial."

"Art. 93 — O adicional de inatividade de que trata o item 3, do Art. 78 é calculado e pago mensalmente sobre o respectivo provento de inatividade quando o Policial Militar contar com 30 (trinta) ou mais anos de serviço, nas seguintes condições:

1. 7% (sete por cento) para Oficiais Superiores;
2. 2% (dois por cento) para os demais Oficiais e Praças da Corporação."

Art. 2.º — O soldo do posto de Coronel fica fixado em Cr\$ 38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros) mensais.

§ 1.º — O Coronel em atividade perceberá uma gratificação mensal no valor de Cr\$ 32.170,00 (trinta e dois mil, cento e setenta cruzeiros), denominada "gratificação policial militar especial", reajustável sempre que o soldo for reajustado e na mesma proporção.

§ 2.º — A gratificação a que se refere o parágrafo anterior integra o vencimento do policial militar em atividade para efeito de cálculo da gratificação de tempo de serviço, das obrigações previdenciárias, bem como para a aplicação dos índices estabelecidos no artigo 118, da Lei n.º 6.417/73, alterado pela Lei n.º 6.839/76, e é composta de parcelas correspondentes às seguintes gratificações e indenizações retiradas total ou parcialmente dentre as previstas na Lei n.º 6.417/73:

- I - gratificação de função policial-militar categoria I;
- II - gratificação de função policial-militar categoria II;
- III - gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida;
- IV - indenização de moradia;

V - indenização de aquisição e conservação de fardamento.

Art. 3.º — A gratificação de ensino é devida ao Policial Militar por aula efetivamente ministrada nos Órgãos do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado.

Parágrafo Único — Sob proposta do Comandante-Geral e mediante decreto, serão definidas as disciplinas que darão direito à percepção da gratificação de ensino, e os valores unitários das aulas, os quais não poderão ser superiores aos fixados pela Secretaria de Estado da Educação para o ensino oficial.

Art. 4.º — O policial militar, reformado ou transferido para a reserva remunerada no ano de 1980, que na data da inativação percebia a gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, terá esse benefício incorporado aos seus proventos de inatividade, a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 5.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de até Cr\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no Parágrafo 1.º, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, ficando revogados o Parágrafo Único do Art. 20; os Arts. 22; 23; 24; o Parágrafo 1.º do Art. 28; o Capítulo V, do Título III; os Arts. 86 e seu Parágrafo; 87; 88; os Parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 107, e o Art. 117, todos da Lei n.º 6417, de 03 de julho de 1973; a Lei n.º 7097, de 08 de janeiro de 1979; o Art. 9.º, da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

3.ª — DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO e OUTROS, que altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissões Permanentes). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO). — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — COM EMENDA DE PLENÁRIO. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 83/80), que consolida as disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador de São Paulo, e à Direção da CESP, encarecendo retardamento na abertura das comportas da Usina de Jupia, a fim de que os agricultores das regiões que serão inundadas possam proceder as colheitas de suas lavouras. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO – REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 53/78, 06, 166, 167, 182, 183, 184, 185 e 186/80.

EM VOTAÇÃO – 2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 188, 189 e 190/80.

EM VOTAÇÃO – 3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 71/80 e de Lei n.ºs 178 e 180/80.

Levanta-se a sessão.